

continuação os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II do artigo 9º, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As interações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA) do Ministério da Saúde. A fim de cumprir o estabelecido, como matriz da SPDM, o Hospital São Paulo serve de base para quantificar atendimentos à população, pois é a única unidade das unidades que tem convênio direto com o SUS. As filiais, apesar de atenderem em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios com Estados e Municípios. A unidade Butantã, apresentou em 2025 nesta unidade a seguinte produção:

| Grupo Detalhe | Detalhe Original | Ano 2024 | Ano 2025 |
|---|---|----------|----------|
| Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica | Consulta Médica - UBS/ESF/PAI | 421.523 | 518.105 |
| Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica | Consulta não Médica- UBS/ESF/PAI | 217.930 | 377.333 |
| Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica | Procedimento Odontológico | 74.279 | 84.367 |
| Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica | Visita Domiciliar UBS/ESF/PAI | 644.410 | 799.882 |
| Atendimento Ambulatorial Especializado | Cirurgia ambulatorial | 13.312 | 19.989 |
| CAPS | Atendimento não médico | 13.617 | 42.163 |
| CAPS | Consulta médica | 3.343 | 2.530 |
| CAPS | Atendimento em Psicoterapia de Grupo | 2.798 | 4.266 |
| Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência) | Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA) | 640.069 | 483.959 |
| SADT | SADT Total | 276.852 | 353.257 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Assistente Social | 770 | 1.056 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Consulta Médica - URSI | 1.797 | 2.599 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Enfermeiro | 2.043 | 3.253 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Fisioterapeuta | 1.167 | 1.291 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Nutricionista | 1.140 | 1.419 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Psicólogo | 1.115 | 566 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Terapeuta Ocupacional | 13 | 156 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Fonoaudiologia | 956 | 1.438 |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI | Profissional de Educação Física na Saúde | 975 | 1.250 |

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão: A unidade RASTS Butantã, apresentou no ano de 2025 o seguinte Relatório de Execução, de acordo com os respectivos Contratos de Gestão, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2025

| Linha de Contratação | Total | |
|--|------------|-----------|
| | Contratado | Realizado |
| Atendimento Ambulatorial -Atenção Básica | | |
| Consulta Médica - UBS | 132.946 | 105.290 |
| Consulta Médica - ESF | 417.100 | 364.443 |
| Consulta Enfermeiro - ESF | 259.350 | 166.262 |
| Visita Domiciliar ACS - ESF | 856.800 | 863.503 |
| Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/UBS | 653.336 | 62.348 |
| Nº de idosos em acompanhamento. | 7.200 | 6.745 |
| Nº Pacientes Ativos EMAD | 900 | 889 |
| Atendimento Ambulatorial -Atenção Especializada - Total Centro Especializado Odontológico | | |
| Nº Tratamento Inicial Prótese - CEO | 580 | 390 |
| Nº Tratamento Concluído Prótese - CEO | 556 | 479 |
| Nº Procedimento Cirurgia Oral | 1440 | 1986 |
| Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD -Rede Hora Certa | | |
| Nº de exames Total | 23.440 | 24.013 |
| Serviço Cirúrgico do Hospital Dia - HD-Rede Hora Certa. | | |
| Cirurgia Ambulatorial | 1.200 | 1.876 |
| Procedimento Médico | 6.000 | 5.714 |
| Hospital Dia -HD-Rede Hora Certa. Consulta Médica | | |
| Consulta Ambulatorial | 7.512 | 6.016 |
| Centro de Atenção Psicossocial -CAPS | | |
| Nº de pacientes com cadastro ativo - CAPS AD | 3.600 | 3.868 |
| Nº de pacientes com cadastro ativo - CAPS INFANTIL | 1.860 | 3.219 |
| Serviço Residencial Terapêutico - Acompanhamento | | |
| Nº de pessoas residentes | 192 | 192 |
| URSI - Saúde do Idoso | | |
| Nº Atendimento Terapeuta Ocupacional | 1200 | 396 |
| Nº Atendimento Psicólogo | 1392 | 378 |
| Nº Atendimento Nutricionista | 1392 | 1238 |
| Nº Atendimento Geriatria | 2304 | 2440 |
| Nº Atendimento Fonoaudiólogo | 1392 | 1270 |
| Nº Atendimento Fisioterapeuta | 1200 | 1168 |
| Nº Atendimento Farmacêutico | 1440 | 1208 |
| Nº Atendimento Enfermeiro | 2784 | 2717 |
| Nº Atendimento Educador Físico | 1056 | 1065 |
| Nº Atendimento Assistente Social | 960 | 914 |

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor-Presidente da SPDM

Elaine Cristina Albino Marques
Contadora CRC 1SP270478/O-0

Dr. João Ladislau Rosa
Diretor Técnico RASTS Butantã

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

8.1 - Relatório de Execução Orçamentária
SPDM - Rede Assistencial da Supervisão Técnica da Saúde Butantã - Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2025

| Receitas | Custeio | Investimento |
|---------------------------------|-----------------------|---------------------|
| Repasses do Contrato / Convênio | 337.902.098,93 | 1.619.141,45 |
| Receitas Financeiras | 2.427.872,62 | 0,00 |
| Outras Receitas | 1.362.447,89 | 0,00 |
| Total das Receitas | 341.692.447,44 | 1.619.141,45 |
| Despesas | Custeio | Investimento |
| Despesas com Pessoal | 268.468.728,68 | 0,00 |
| Serviços de Terceiros | 69.913.258,25 | 1.302.312,54 |
| Material Medicamento | 2.741.311,22 | 0,00 |
| Outras Despesas | 15.920.064,19 | 0,00 |
| Total das Despesas | 357.043.362,34 | 1.302.312,54 |

Fonte: Sistema Websaas janeiro a dezembro/2025. 9 - Imunidade e Contribuições Sociais Usufruidas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde) deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017 e, ainda, através da Portaria SAS/MS 1.571, de 01 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 03/04/2024, com validade de 01/01/2018 à 31/12/2020, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2025 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 75.010.130,16 (setenta e cinco milhões e dez mil e cento e trinta reais e dezesseis centavos). **9.1 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2025, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 61.957.018,53 (sessenta e três milhões e novecentos e cinquenta e sete mil e dezoito reais e cinquenta e três centavos). **9.2 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2025 atingiu um montante de R\$ 47.660,91 (quarenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais e noventa e um centavos). **9.3 - Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante de R\$ 10.755.497,89 (dez milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) tomando-se por base os recursos recebidos em 2025. **9.4 - Imunidade sobre Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS):** A Entidade usufruiu da imunidade da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2024, R\$ 2.020.053,34 (dois milhões e vinte mil e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos) em 2025, R\$ 2.249.952,83 (dois milhões e duzentos e quarenta e nove mil e novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos). **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamentava a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselheiros, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2024, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.422,42 (dois mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos) e em 2025 estes valores foram de R\$ 2.652,36 (dois mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos). **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 50 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 02 de abril de 2026.
Audisa Auditores Associados
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior
Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718